

“...amplissimo ac tanto ordine in castris degente”: Aurélio Vítor e o Senado romano no século III d.C.

Moisés Antiquera

Resumo: Dentre os diversos temas referentes aos estudos históricos sobre o Império romano, a perspectiva da “crise do século III d.C.” emerge como dos mais controversos. Se, até os meados dos noventa, as perturbações políticas e militares que marcam, em grande medida, o período entre a ascensão de Maximino, o Trácio, em 235 e o surgimento de Diocleciano no ano de 284 eram consideradas como o ato inicial do declínio do mundo romano, a partir da década de 1970, sob os auspícios da concepção de “Antiguidade Tardia”, os historiadores empreenderam uma série de revisões sobre a natureza e os efeitos da referida crise e, no extremo, alguns trabalhos vieram mesmo a negar sua existência. Levando-se em consideração os postulados de Giardina (2006) e Hedlund (2008), preconizamos a validade do conceito de “crise” para analisarmos certos fenômenos históricos relativos à sociedade imperial no século III d.C., atentando, porém, para o fato de que tamanha crise, em verdade, se desdobra em múltiplos processos que carecem de homogeneidade ou mesmo de uma amplitude global. Deste modo, no plano político-institucional, verificamos que o Senado romano vivencia, naquela época, uma crise de autoridade que se relaciona, entre outros fatores, com o afastamento dos senadores dos postos de comando das legiões, condição esta que se acentua após os inícios dos anos 260. Sendo assim, almejamos apontar de que maneira a tradição historiográfica latina teria concebido, no século IV d.C., esse processo de crise com o qual o Senado de Roma teve de lidar no século anterior. Para tanto, nos debruçamos basicamente sobre as *Historiae abbreviatae* redigidas por Sexto Aurélio Vítor no começo da década de 360. Integrante do corpo de funcionários imperiais sob as ordens do prefeito pretoriano da Ilíria, na cidade panoniana de Sírmio, Aurélio Vítor apresenta algumas reflexões acerca da posição do Senado na segunda metade do século III d.C. que destoam do viés favorável à ordem senatorial, que comumente se observa em outras obras latinas versadas em história que foram compostas na segunda metade do século IV d.C. (como, por exemplo, o *Breviário* de Flávio Eutrópio, a *História Augusta* e o *Epitome de Caesaribus*). Destarte, Aurélio Vítor sentencia que a ausência dos senadores no âmbito dos acampamentos militares acarretou, a partir da morte de Probo (276-282), a perda da possibilidade efetiva, por parte do Senado, de nomear os imperadores, que teriam passado a ser selecionados e aclamados apenas pelos militares de ofício. Não obstante, as causas para o isolamento do Senado no tocante aos assuntos bélicos também foram imputadas aos próprios senadores, que teriam negligenciado a vida pública em razão de um apego desmesurado ao ócio e às riquezas (*Hist. abbrev. 37.6-7*). A despeito dos tons moralizantes que permeiam o discurso de Aurélio Vítor, concluímos que o mesmo nos fornece um norte para avaliarmos o posicionamento do Senado romano e a crise política que atravessa durante o terceiro quartel do século III d.C.

Palavras-chave: Aurélio Vítor; Senado romano; Crise do século III d.C.

“Na história do Império romano, poucas ideias possuem um lugar tão firme quanto a da crise do século III d.C.¹”. Por intermédio dessa frase, Hedlund (2008, p.5) sublinha a apreciação tradicional que a moderna crítica histórica oferecia acerca do mundo romano durante o supracitado século, em particular ao longo das décadas de 230 e 280. Neste ensejo, as invasões sassânidas e germânicas, assim como as guerras civis e a aclamação constante de imperadores por parte dos soldados – os “imperadores-soldados”, como cunharia Altheim em 1939² – prenunciariam os elementos basilares de um processo de decadência que marcaria a sociedade imperial até, no que dizia respeito à parte ocidental, o ano de 476 e o alvorecer do Medievo.

A partir da década de 1970, contudo, uma profusão de estudos, calcados na perspectiva da “Antiguidade Tardia”, viriam a alterar a periodização tradicional e enriquecer as análises relativas aos eventos e processos históricos desenrolados no século III. Em muitos casos, a concepção de que a Antiguidade e a Idade Média seriam mediadas por uma época autônoma e dotada de características peculiares, a era tardoantiga (250-800), levou os estudiosos a rever ou, em certos casos, a negar a existência de uma crise no século III. Como esclarece Giardina (2006, p.15-16), se no século IV a maior parte das províncias romanas teria vivenciado uma onda de prosperidade, a crise do século III teria de ser, necessariamente, considerada como circunscrita e passageira. A insistência sobre a continuidade de fatores econômicos e sociais ao longo dos séculos III e IV assumia, por um lado, a função de normalizar uma representação positiva a respeito do século IV e, por outro, minimizava os efeitos da anarquia político-militar que a tradição histórica latina tanto enfatizava.

Faz-se salutar, portanto, adotar uma postura equilibrada. Se a crise do século III não corresponde a uma catástrofe, sua relevância foi suficientemente considerável a ponto de suscitar reações significativas por parte dos romanos, que promoveriam uma série de transformações e acomodações que definiriam as estruturas do mundo romano a partir da era tetrárquica e constantiniana (GIARDINA, 2006, p.16). Logo, devemos salientar o fato de que o Império sobreviveu à crise, denotando a maleabilidade das instituições sociais romanas.

Desta feita, não carece negarmos a existência da “crise do século III”, tampouco ajuizá-la como mero instrumento analítico construído pelos historiadores modernos. Não obstante, devemos assumir que tal crise não configura uma entidade única, ou melhor, que não se trata de um processo histórico homogêneo e coerente, que abarcaria por igual todas os quadrantes da vida romana ou todas as regiões que compunham o território imperial. Para além, pode-se questionar em que medida os contemporâneos teriam vislumbrado a época em que viviam como um período de crise. Assim sendo, seguimos os passos de Hedlund (2008, p.8) e asseveramos que o século III se caracteriza por um número oscilante de diferentes processos que, cada qual a seu modo e sua intensidade, podem ou não ser definidos como crises.

Dentre tais crises, podemos aventar o processo de enfraquecimento da autoridade política exercida pelo Senado de Roma em meio aos tumultos e levantes militares que se avolumaram durante o meio século que se estende da morte do imperador Severo Alexandre, ocorrida em 235, até a emergência de Diocleciano no ano de 284. Para tanto, investigaremos a questão a partir de uma obra específica, as *Historiae abbreviatae* compostas por Sexto Aurélio Vítor entre os anos de 360-361, tendo por foco principal as reflexões acerca da ordem senatorial que o referido historiador elaborou por ocasião de um dado episódio, qual seja, o eventual interregno que teria se seguido à morte de Aureliano em 275 e o consequente – e breve – reinado do imperador Tácito.

Recordemos que as cinco décadas anteriormente mencionadas foram pautadas, no que concernia à política imperial, pela ascensão de indivíduos diretamente ligados ao comando das forças militares³, as quais, por seu turno, com frequência proclamaram os sucessivos *Augustos* ou os diversos usurpadores que surgiam em diferentes partes do Império. Após a

malograda e, em verdade, um tanto quanto anacrônica tentativa de restauração do poder senatorial a partir de Pupieno e Balbino em 238, os senadores viriam a sofrer um abalo decisivo no início dos anos 260. A fim de restaurar a ordem político-social e a legitimidade do poder central, diante da eclosão de rebeliões e movimentos de usurpação da púrpura em várias regiões⁴, Galieno – e, posteriormente, monarcas como Cláudio, o Gótico (268-270), Aureliano (270-275) e Probo (276-282) – tiveram de adotar medidas que afetaram as esferas institucional, administrativa e militar do Império e, com efeito, promoveram alterações que tangiam ao Senado romano enquanto órgão político (CHASTAGNOL, 1992, p.207).

Dentre tais modificações, observa-se o aprofundamento de um processo cujos antecedentes remontam-se à era dos Severos, isto é, a perda das funções de comando militar tradicionalmente atreladas à carreira dos senadores. À época do Principado, as legiões romanas eram lideradas, via de regra, por membros da ordem senatorial, tendo à frente o legado (*legatus legionis*), secundados por tribunos militares laticlavos, os quais geralmente eram senadores em início de carreira. Não obstante, o ofício de legado, dada a sua responsabilidade e importância, era reservado aos senadores mais experientes que, no avançar de sua vida pública, eram comumente agraciados com o exercício de um governo proconsular ou outra função de igual peso, conforme os ditames que vigoravam entre os romanos de que os homens públicos deveriam ocupar (e dominar com maestria) tanto os cargos civis quanto os comandos militares (PETIT, 1989, p.92).

Portanto, embora não experimentassem o cotidiano da vida militar senão em momentos específicos e bem determinados, cabia justamente aos senadores a tarefa de ocupar os principais postos de comando no interior do exército imperial. Todavia, as novas condições que se gestavam nas fronteiras romanas a partir do segundo quartel do século III – a presença de um poderoso rival no Oriente, ou seja, os sassânidas governados por Sapor I e as pressões exercidas ao norte do Império por parte de diferentes povos, como os francos, os alamanos, os jutungos, os sármatas, entre outros – tornaram latentes as contradições inerentes ao sistema militar romano e a falta de perícia de seus habituais líderes, abrindo espaço para a emergência de homens familiarizados com a rotina dos acampamentos, quais sejam, os soldados regulares que advinham das camadas sociais inferiores ou integrantes da ordem equestre dedicados ao ofício das armas.

Neste ensejo, na segunda metade do século III assistimos a um processo de substituição dos legados de legião, de nível senatorial, por prefeitos equestres, no que tangia ao comando das forças imperiais⁵. Como a clara Polverini (1975, p.1034), o processo ora citado correspondia à subtração dos alicerces, sobretudo o militar, sobre os quais se fundamentava a autoridade política dos senadores em meio à sociedade imperial.

Tenha sido fruto de uma proibição formal – como quer Aurélio Vítor (*Hist. abbrev.* 33.33-34; 37.5) e sua célebre referência ao “edito de Galieno” – ou não, a ausência de senadores no âmbito do exército romano pode ser vista como expressão de uma necessidade prática, na medida em que se buscava garantir maior eficiência às ações bélicas e, por conseguinte, assegurar a sobrevivência do próprio Império, por intermédio do emprego de varões acostumados à rotina do *castrum* para exercerem os principais postos de comando no interior do exército imperial. Destarte, sustenta Roman (2001, p.414) que o distanciamento da Cúria no tocante às questões militares não traduz, forçosamente, uma medida hostil adotada pelos “imperadores-soldados” do período em relação à ordem senatorial. Saliente-se que, ao longo do século III, os senadores já se mostravam inaptos para a árdua vida no exército, pois a formação que adquiriam era particularmente voltada às letras e à retórica e, logo, pouco interesse fomentavam a respeito dos assuntos pertinentes ao campo de batalha. Além disso, podemos sugerir que mesmo os soldados regulares não desejavam ter por líderes indivíduos mais afeitos à pena do que à espada e que tampouco se importavam com a realidade cotidiana dos legionários ou das tropas auxiliares (BURNS, 2003, p.296).

De Blois (1976, p.206), no entanto, reconhece que, para além da preocupação em se afastar os senadores dos postos de comando do exército a fim de se evitar as derrotas externas, pretendia-se igualmente dificultar o retorno a uma situação análoga àquela desenrolada ao longo do ano de 238 e os seus seis imperadores: ou seja, impedir que ricos senadores costurassem laços próximos com uma parcela dos soldados e dos oficiais de uma maneira tal que viessem a reunir condições de determinar a escolha do novo detentor da púrpura.

Diante desse quadro, voltemos, por ora, nossa atenção ao texto de Aurélio Vítor. Morto Aureliano na cidade trácia de Cenofrúrio, o historiador preconiza que os soldados imediatamente enviaram mensageiros a Roma, para que os senadores, de acordo com seus próprios critérios, elegessem um novo imperador (*Hist. abbrev.* 35.9). Entretanto, os senadores declinam da oferta, alegando que tal empresa concernia mais propriamente às legiões. Estas, por sua vez, reafirmam que a escolha do monarca deveria realizar-se sob os cuidados da Cúria (*Hist. abbrev.* 35.10). Neste ínterim, contudo, o Império permanecia acéfalo, uma vez que não havia um imperador a governar o mundo romano, estabelecendo-se uma “espécie de interregno” (*Hist. abbrev.* 35.12).

A menção à existência de um interregno que marcaria a sucessão de Aureliano nos remete à tradição historiográfica latina forjada no século IV. O ignoto escritor do *Epitome de Caesaribus*, na passagem do século IV para o V, lança mão da mesma expressão que se verifica na narrativa de Aurélio Vítor, “*interregni species*” (*Epit.* 35.10). Por sua vez, o igualmente desconhecido autor da *História Augusta*, composta também em fins do século IV, elabora um relato ainda mais detalhado – e pouco factível – no que tangia ao tema. Lê-se que o interregno teria se estendido por seis meses, período durante o qual o exército teria, por três vezes, apelado aos senadores para que estes últimos procedessem à definição do novo monarca (*SHA, Aur.* 40.3).

Entretanto, um intervalo de seis meses entre a morte de Aureliano e a ascensão de seu sucessor, Tácito, jamais poderia ter se desenrolado. Aureliano pereceu em outubro ou novembro de 275 e o reinado de Tácito não alcançou senão o mês de junho do ano seguinte. As origens de tal confusão se encontram nos textos históricos latinos produzidos no século IV, sobremaneira a *História Augusta*, que julgou os seis ou sete meses de duração do governo de Tácito como se equivalessem ao intervalo de tempo que mediava os reinados de Aureliano e seu legítimo sucessor (SYME, 1971, p.237).

Controvérsias a respeito do interregno à parte, a ideia de que os soldados teriam remetido ao Senado a indicação do novo imperador merece um exame mais acurado. Tal perspectiva nos exorta a destacar dois pontos. Primeiramente, a modéstia demonstrada pelos soldados denotaria uma manifestação de respeito aos *mores maiorum*, ilustrada pela reverência e reconhecimento à posição do Senado enquanto a instituição que deveria ficar a cargo da escolha do sucessor de Aureliano. Ora, a noção de que os militares teriam permitido que os senadores elegessem um dentre os seus pares – ou, ao menos, um indivíduo que adotasse uma postura moderada no trato com os membros da camada senatorial – destoa das cores com as quais Aurélio Vítor traçou os integrantes do exército no conjunto de sua narrativa⁶. No entender do historiador, os militares emergem como elemento desestabilizador do poder político no interior da sociedade romana ao longo do período por ele abarcado, uma vez que, não raro, eliminavam ou se rebelavam contra o imperador reinante⁷.

Em segundo lugar, é escusado asseverar que Aurélio Vítor não cultivava ilusões acerca da natureza do poder imperial. Em outras palavras, mostrava estar ciente de que a posição do imperador sustentava-se, em grande parte, na força das legiões. Logo, se os senadores foram excluídos das fileiras militares em razão de um edito promulgado por Galieno, tal como escreve Aurélio Vítor, ao tempo de Aureliano e Tácito não mais dispunham dos meios para guiar os rumos do Império romano⁸. Por isso, a narrativa das *Historiae abbreviatae* nos reporta o fato de que os soldados teriam, voluntariamente, atribuído aos

senadores a prerrogativa de apontarem o ocupante do trono após o falecimento de Aureliano. Em meio a uma época caracterizada – do ponto de vista político-militar – por revoltas, movimentos de usurpação e ameaças externas, o poder das armas figurava como elemento crucial a conferir legitimidade e suporte ao detentor do trono imperial. Neste sentido, ao destacar que o exército romano conferiu aos senadores a possibilidade de escolher o sucessor de Aureliano, Aurélio Vítor finda por indiretamente demarcar a postura passiva do Senado, enquanto instituição, face ao governo do Império, como se preparasse o leitor para as considerações que se fiam na seqüência do relato, como veremos abaixo.

Assim, segue-se no texto das *Historiae abbreviatae* a ascensão de Tácito. Aurélio Vítor afirma que a nomeação daquele decorre, pois, da deliberação dos senadores. Ao reinado de Tácito, o autor asseveraria que “quase todos estavam muito alegres porque os senadores conseguiram subtrair da agressividade militar o direito de eleger o príncipe” (*Hist. abbrev.* 36.1). Uma vez mais o historiador sinaliza a qual grupo social competia a efetiva capacidade de escolha dos imperadores, ou seja, os militares. Não obstante, a emergência de Tácito resultou, de acordo com Aurélio Vítor, de uma ação do Senado e, assim, devemos sublinhar que o historiador contemplava o governo de Tácito como equivalente a uma “restauração senatorial”, pois que aquele príncipe teria assumido a púrpura com o apoio conjunto do Senado e do exército e, desta forma, a Cúria teria retomado seu prestígio político.

Ademais, ao caráter distinto da ascensão e do reinado de Tácito somar-se-ia à submissão das legiões, de maneira tal a propiciar aos senadores a possibilidade de retomarem do “direito de servir ao exército”, como se afirmará em *Hist. abbrev.* 37.6. Entretanto, como esclarece Chastagnol (1992, p.210), a percepção de Aurélio Vítor não se revela factível, na medida em que as evidências epigráficas, numismáticas e jurídicas que remontam à época de Tácito não fornecem subsídios que atestem uma pretensa restauração do poder do Senado, ainda que este pudesse ter fornecido suporte à ascensão do imperador em questão⁹.

Hedlund (2008, p.11) recorda que a tradição historiográfica latina no século IV, da qual a obra de Aurélio Vítor fazia parte, exibia uma marcante inclinação pró-senatorial. Desta feita, a compreensão nutrida por determinados críticos modernos de que o século III seria permeado por disputas de poder entre o Senado e os militares se assenta, em dada medida, na imagem projetada por fontes literárias da estirpe das *Historiae abbreviatae*. Esta última, porém, não transmite, *tout court*, uma perspectiva favorável à aristocracia senatorial. Eis que Aurélio Vítor, em *Hist. abbrev.* 37.5-7, tece uma breve digressão na qual podemos vislumbrar, entre outras, a seguinte conclusão:

Desde então [isto é, a partir da morte de Probo] a força dos militares se fez maior e foi arrebatado do Senado o poder e o direito de nomear o imperador até os nossos dias, não se sabe se porque o próprio Senado o desejava por desídia ou mesmo por medo ou porque detestava os conflitos internos. O certo é que [o Senado] pôde recuperar o direito de servir ao exército, que havia perdido em função do edito de Galieno, *quando sob o reinado de Tácito as legiões estavam completamente submissas*; e Floriano não teria tomado, sem saber como, o poder ou este último não teria sido entregue por decisão de uns simples soldados a um qualquer, embora honrado, *se os membros de tão distinta e importante ordem passassem o tempo nos acampamentos (amplissimo ac tanto ordine in castris degente)*. Porém como se regozijam com seu ócio e temem ao mesmo tempo por suas riquezas, cujo desfrute e abundância consideram de maior importância que aquilo que é eterno, abriram o caminho aos soldados e quase aos bárbaros para dominarem a eles e aos seus descendentes (*Hist. abbrev.* 37.5-7, grifo nosso).

À princípio, sublinhemos que Aurélio Vítor reitera a ausência dos senadores¹⁰ da esfera militar, vinculando-a de forma clara a uma medida supostamente lançada por Galieno, para a qual o historiador chega mesmo a empregar o termo *edictum*. Mais relevante ainda, não obstante, é constatar a crítica que o historiador dirige aos senadores, extraindo-se, pois, de uma adesão irrestrita a uma ótica positiva acerca dos membros do Senado. Desta feita, é escusado dizer que Aurélio Vítor argumenta que os próprios senadores tinham uma parcela de

responsabilidade, no que concernia à perda de poder por parte da Cúria, na medida em que se afastarem excessivamente das tarefas militares. Afirma Chastagnol (1992, p.211) que “[...] a alusão que [Aurélio Vítor] faz às riquezas dos aristocratas merece ser realçada”. Portanto, sob o prisma de um discurso moralizante, ao escrever que os senadores preferiam o *otium* à condução da *res publica*, o historiador esboçava a causa que, no seu entender, teria acarretado a exclusão da ordem senatorial das fileiras militares e a consequente perda de autoridade que persistiria até o momento em que a obra era redigida.

Com efeito, o historiador atestava qual seria o grupo social a concentrar o poder a partir dos fins do século III. Uma vez afastados do exército, os senadores não dispunham de qualquer ressonância política real, a ponto de Aurélio Vítor assegurar que permitiram a si mesmos e aos seus descendentes serem dominados pelos soldados e quase pelos bárbaros (*Hist. abbrevu.* 37.7).

Esta vinculação entre o “militar” e o “bárbaro” também demanda uma análise. Nas linhas traçadas por Aurélio Vítor, o “bárbaro” não equivale especificamente ao indivíduo que habita as regiões além do *limes* ou cujas origens remontariam àquele espaço, mas antes simboliza o homem desprovido da educação letrada que fomenta a perpetuação dos valores atinentes à tradição romana. Em suma, tratar-se-ia do *illiteratum*, do qual Maximino, o Trácio, imperador advindo dos mais baixos estratos militares, prefiguraria um modelo (*Hist. abbrevu.* 25.1), em oposição ao ideal do *ciuilis princeps*, esboçado por Augusto, forjado em sintonia com as aspirações do Senado.

Neste caso, o historiador projetava nos soldados romanos o estigma de inculto e, pois, “bárbaro”. Assim, lançava luz ao processo de provincialização e mesmo “barbarização” das fileiras militares, ou melhor, ao aumento progressivo no número de soldados originários das províncias danubianas e inclusive de germanos, que comporiam o grosso das legiões romanas a partir do século III. Tais indivíduos, expoentes de uma “cultura militar” singular, com seus valores próprios, independiam da antiga elite culturalmente letrada para avançarem em sua carreira (BURNS, 2003, p.307). Ainda que pudesse faltar à maioria dos soldados o domínio adequado da língua latina e a familiaridade com os cânones da literatura greco-latina, o sistema de valores e práticas relativas ao ambiente militar compunha igualmente o universo multifacetado que caracterizaria a sociedade romana imperial.

Entretanto, para Aurélio Vítor, seria justamente a maestria no conhecimento das letras um dos traços que definiriam um tipo ideal romano¹¹. Donde advém a ameaça que pairava sobre o Estado romano, advogaria o historiador, simbolizada pela inconstância e pela falta de letramento dos militares. Vetrânio, usurpador que emerge no contexto da revolta de Magnêncio ocorrida em 350, exprime bem tal noção:

Vetrânio, um completo analfabeto e de índole louca, e conseqüentemente uma péssima escolha por causa de sua rústica insensatez, assumiu o poder de modo infame quando comandava os soldados da Ilíria como comandante da infantaria, apesar de ter nascido em lugares inóspitos da Mésia Superior (*Hist. abbrevu.* 41.26).

Levando-se em conta os termos da narrativa exposta em *Hist. abbrevu.* 37.5-7, Vetrânio figuraria como um dos oficiais ligados ao *barbaricum* que, ao tempo de Aurélio Vítor, comandavam as legiões e, assim, conseguiam ascender ao poder em função da “desídia ou do medo dos senadores”.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que Aurélio Vítor enunciou um episódio que deveria se constituir em uma viragem: dada a suposta submissão das legiões à época de Tácito, aos senadores seria possível voltar a ocupar os postos de liderança no interior do exército. Logo, um dos traços essenciais que compunha a tradição romana seria retomado e a presença dos senadores no comando do exército evitaria dissabores, como a ascensão ao trono de indivíduos que não estariam à altura de tão ilustre honraria, caso do humilde Floriano (*Hist. abbrevu.* 37.6). Embora a análise de Aurélio Vítor assumisse um viés nitidamente moralizante – posto que a debilidade política do Senado também resultasse, escreve ele, do

apego às e do desfrute desmedido de riquezas por parte dos integrantes de tão egrégia ordem, que negligenciariam, por tabela, seus deveres para com Roma – o historiador revelou-se hábil ao delinear uma das vias de evolução sociopolítica da aristocracia senatorial no século III (ROMAN, 2001, p.449). Incapazes, ou melhor, inaptos para o exercício competente das funções militares em um contexto marcado por simultâneos confrontos bélicos (guerras civis e conflitos contra povos externos), os senadores da cidade de Roma projetaram no reinado de Tácito objetivos políticos que não poderiam ser atingidos senão em um passado que, naquele momento, já se afigurava distante.

Portanto, a ausência dos *patres* à frente das legiões, ao lado de outros fatores, implicou o esvaziamento da prerrogativa do Senado, enquanto instituição, de indicar ou mesmo referendar a escolha do imperador, tal como Aurélio Vítor salienta ao referir-se ao fato de que os militares passaram a se encarregar exclusivamente da tarefa de apontar os novos imperadores após a morte de Probo, prescindindo mesmo do reconhecimento oficial dos membros da Cúria (*Hist. abbrev. 37.5*). Em outras palavras, rompia-se o equilíbrio institucional arquitetado à época de Augusto, por meio do qual competia à Cúria conferir, quando da ascensão de um novo príncipe ou pouco depois, os poderes imperiais tradicionais, quais sejam, o *imperium*, a *potestas* tribunícia e assim por diante (CHASTAGNOL, 1992, p.212).

Por fim, como postula Bird (1984, p.38), a atitude de Aurélio Vítor perante a nobreza senatorial denota certa ambivalência. O historiador a admiraria em razão das tradições que buscava cultivar, pois que o Senado da cidade de Roma representava, nos meados do século IV, a encarnação da prístina ordem romana e emergiria como guardião concreto dos *mores maiorum*. Neste caso, pareceria natural aos olhos de Aurélio Vítor que os senadores usufruíssem os privilégios inerentes à posição que ocupavam no seio da sociedade romana. Entretanto, tal condição não deveria interferir no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades tradicionais. Logo, em *Hist. abbrev. 37.5-7*, nos deparamos com uma nota de censura no que dizia respeito ao comportamento dos senadores, que temerariamente teriam aberto mão de um de seus deveres primordiais, isto é, a condução dos assuntos militares.

Desta forma, é evidente que historiador não condenasse o Senado em si, mas antes os excessos e os desvios morais que seus membros teriam cometido¹², dentre os quais o apego às riquezas (*Hist. abbrev. 37.7*) – crítica esta que nos permite entrever, inclusive, um discurso à maneira de Salústio. Neste sentido, a fala de Aurélio Vítor pode ser inserida nos interstícios da tradicional invectiva política romana, por meio da qual se alardeava uma conexão íntima entre a imoralidade no âmbito da vida privada e a desgraça pública. Desde a era republicana, difundia-se a noção de que os varões encarregados dos negócios públicos tinham de incorporar as virtudes romanas (*moderatio, temperantia, pietas*, entre várias outras) de forma que, precisamente, a posse de tais virtudes conferia legitimidade à *auctoritas* que possuiriam; pelo contrário, o comprometimento desses valores destroçaria os pilares sobre os quais a autoridade social do homem público se basearia (HUMPHREYS, 2002, p.79).

Ademais, pode-se aventar que Aurélio Vítor reprova a conduta dos senadores partindo de uma premissa que, em última instância, se vinculava aos modos de discurso pertinentes à tradição histórica latina calcada nos valores da ordem senatorial. Isto é, o Senado da cidade de Roma confundir-se-ia com a “romanidade” de uma forma tal que simbolizaria a continuidade e permanência do Estado e do *imperium Romanum*, desde tempos imemoriais e, desta feita, urgia declarar-se enquanto fonte legítima do poder imperial. Nestes termos, a crítica elaborada por Aurélio Vítor em *Hist. abbrev. 37.6-7* pode ser interpretada, de fato, como uma lamúria: ao se afastarem dos acampamentos militares, os senadores entregariam as rédeas do governo do mundo romano aos militares e, em última instância, aos “bárbaros”.

Referências bibliográficas

AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

BIRD, H. W. *A historiographical study of Sextus Aurelius Victor*. Liverpool: Francis Cairns, 1984.

BURNS, T. S. The barbarians and the “crisis” of the Empire. In: _____. *Rome and the barbarians*. 100 B.C.–A.D. 400. Baltimore; London: John Hopkins University Press, 2003. p. 248-308.

CHASTAGNOL, A. *Le senat romain a l'époque imperiale*. Recherche sur la composition de l'assemblée et le status de ses membres. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

DE BLOIS, L. *The policy of the emperor Gallienus*. Leiden: Brill, 1976.

EUTRÓPIO; AURELIO VÍCTOR. *Breviário; Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos).

GIARDINA, A. Preface. In: QUET, M.-H. (dir.). *La “crise” de l'empire romain, de Marc Aurèle à Constantin*. Paris: PUPS, 2006. p. 11-18.

HEDLUND, R. Approachin the third century. In: _____. “... *achieved nothing worthy of memory*”. Coinage and authority in the Roman empire (c. AD 260-295). Uppsala: Uppsala Universitet, 2008. (Studia Numismatica Upsaliensia 5). p. 5-49.

HUMPHRIES, M. The Lexicon of Abuse. Drunkenness and political illegitimacy in the Late Roman world. In: HALSALL, G. (ed.). *Humour, history and politics in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Cambridge: University Press, 2002. p. 75-88.

INCERTI AUCTORIS. 2009. *Booklet about the style of life and manners of the imperatores*. 2nd. ed. Abbreviated from the books of Sextus Aurelius Victor. Translated by T. M. Banchich. Buffalo, Canisius College. (Canisius College Translated Texts). Disponível em: <http://www.roman-emperors.org/epitome.htm>. Acesso em: 14 fev. 2011.

PETIT, Paul. *A paz romana*. Tradução João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1989. (Nova Clío).

POLVERINI, L. Da Aureliano a Diocleziano. In: TEMPORINI, Hildegard. (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. II.2, 1975. p. 1013-1035.

ROMAN, Y. *Empereurs et sénateurs*. Une histoire politique de l'Empire romain. Paris: Fayard, 2001.

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. *The scriptores historiae augustae*, with an English translation by David Magie. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, vol. III, 1998. (Loeb Classical Library).

SYME, R. *The emperor Claudius Tacitus*. In: _____. *Emperors and biography*. Oxford: Clarendon Press, 1971. p. 237-247.

¹ Doravante, todas as datas indicadas referem-se, sem exceção, à era cristã.

² *Die Soldatenkaiser*, no original em alemão.

³ Ainda que, nos casos específicos de Décio (249-251), Valeriano (253-260) e Galieno (253-268), se tratasse de indivíduos que pertenciam à ordem senatorial. É interessante notar, ademais, que Aurélio Vítor faz questão de salientar que Valeriano, embora fosse um varão de origem ilustre, servia no exército romano quando de sua elevação ao trono (*Hist. abbrev.* 32.2) – como se Valeriano constituísse um modelo de senador que se contrapunha aos *patres* indicados pelo historiador, os quais, duas décadas depois, se eximiriam dos deveres militares, como apontaremos na sequência de nosso trabalho.

⁴ Episódios esses impulsionados por ocasião do aprisionamento e morte de Valeriano nas mãos dos persas sassânidas, que ocorreram em 259 ou no ano seguinte. Dentre tais eventos, cabe citar a revolta de Póstumo em 259/260 nas províncias renanas, dando origem ao denominado “Império Gálico”, que se manteria em pé até o ano de 274; a proclamação de Ingênuo, comandante militar na Panônia, em 260 e, em seguida, a de Regaliano na mesma região; por seu turno, no Oriente, sob o impacto da morte de Valeriano, foram elevados ao trono dois jovens, Macriano *Junior* e Quietó. O combate a ambos solidificou a posição de Odenato e Zenóbia de Palmira, que passariam a governar boa parte da Síria e Mesopotâmia romanas, de uma maneira autônoma, até a época de Aureliano.

⁵ Esse processo se situa ao lado de um aumento significativo do número de *praesides* de nível equestre que passaram a governar boa parte das províncias imperiais pretorianas e consulares, suplantando os antigos legados senatoriais. No entanto, tendo em vista a documentação disponível, resulta assaz difícil para os estudiosos modernos determinar em que grau exato o afastamento dos senadores dos comandos militares afetou a indicação dos mesmos para o exercício da administração provincial entre as décadas de 250 e 280.

⁶ “Os soldados”, afirma Aurélio Vítor, “[...] são os mais ávidos por dinheiro e somente são fiéis e leais em benefício próprio” (*Hist. abbrev.* 26.6). Esta máxima sumariza a percepção do historiador em relação ao grupo social em foco.

⁷ Por exemplo, no que se referia ao ano de 253, Aurélio Vítor informa que os soldados apoiaram, mediante uma soma de dinheiro, a ascensão de Emílio Emiliano (*Hist. abbrev.* 31.1) e, após o falecimento deste, entregaram a púrpura para Valeriano (*Hist. abbrev.* 32.1).

⁸ Aurélio Vítor esboça esse ponto de vista quando reporta a escolha de Maximino, o Trácio (235-238), como sucessor de Severo Alexandre (222-235). Maximino fora aclamado pelos soldados, à completa revelia do Senado que, todavia, aprovou seu nome “pois julgou perigoso resistir sem armas a um homem armado” (*Hist. abbrev.* 25.2).

⁹ Ao reino de Tácito não se pode aduzir, nos termos de uma efetiva substância do poder, a noção de restauração senatorial. Conhece-se, como indica Polverini (1975, p.1023), algumas medidas de caráter puramente formal, externadas pelo numário que talvez indiquem uma indisposição de Tácito diante do processo de transformação das bases político-religiosas que confeririam legitimidade à figura do imperador. Por exemplo, no último quarto do século III, o único monarca a não cunhar moedas que contivessem referências ao culto do Sol (e suas variantes) foi justamente Tácito.

¹⁰ O historiador não individualiza. Refere-se aos grupos sociais como um todo e por meio destas generalizações estrutura seu ponto de vista. O caráter generalizante deste procedimento se adequa, por um lado, à brevidade que fundamenta a escritura da história por parte do autor e, por outro, se encaixa a uma perspectiva exemplar, ou seja, os atores sociais seriam indistintos, independente da época em que se inserissem e, neste sentido, Aurélio Vítor poderia ofertar aos contemporâneos um juízo acerca do enfraquecimento do Senado por intermédio do qual se articulava o passado ao presente.

¹¹ À guisa de ilustração, em *Hist. abbrev.* 8.7-8 o historiador apresenta um balanço acerca da dinastia dos Júlio-Cláudios e, embora censure a desmesura dos vícios que teria caracterizado os imperadores daquele período – exceção feita a Augusto – destaca que foram “tão cultos em literatura e eloquência”, qualidade imprescindível para todo governante.

¹² Se, na condição de obra de síntese histórica, as *Historiae abbreviatae* exprimem a *communis opinio* recolhida (ao menos) no âmago dos segmentos razoavelmente letrados e que participavam ativamente da administração imperial – caso de Aurélio Vítor – no que concernia à posição dos senadores no mundo romano do século IV, o historiador conferiu ao senso comum uma fundamentação histórica, explicitando aos leitores as bases de um processo de degenerescência que afetaria o Senado de Roma durante a era constantiniana, que teria de fazer frente ao conselho idêntico criado na *nea Roma* fundada no Helesponto. No entanto, faz-se necessário indicar que, no momento em que Aurélio Vítor elabora sua obra, havia amplas possibilidades para um senador exercer diversos cargos públicos, como a carreira de um varão como Quinto Aurélio Símaco demonstraria, ao passo que as isenções fiscais e os privilégios legais que usufruíam, lembremos, sinalizam a reafirmação da proeminência social da camada senatorial por parte de Constantino e seus herdeiros (BIRD, 1984, p.36).